

# MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DE MULHERES RURAIS

Joel Orlando Bevilaqua Marin<sup>1</sup>

Laila Mayara Drebes<sup>2</sup>

Flávia Sousa Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa experiências de mulheres rurais em processos migratórios internacionais, considerando as motivações da emigração, as inserções laborais no exterior e o retorno ao país de origem. A pesquisa foi realizada em Itapuranga, Goiás, com base em entrevistas semiestruturadas e levantamento documental. Socialmente, as migrações internacionais vividas por mulheres rurais são percebidas como estratégias para melhoria das condições de vida e construção da autonomia pessoal. Em termos práticos, as experiências migratórias estão marcadas pela inserção em trabalhos socialmente desvalorizados, mal remunerados, informais e insalubres. As migrações internacionais trazem saldos econômicos dificilmente alcançados com o trabalho na agricultura familiar, embora as mulheres rurais se submetam-se a diversos sacrifícios.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Gênero. Imigração. Reprodução social.

**Abstract:** The article analyzes experiences of rural women in international migration processes, concerning their motivations for emigrating, labor

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia e Professor no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil. E-mail: bevilaquamarin@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Professora do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Brasil. E-mail: drebeslm@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (PPAGRO/UFG). Professora da Faculdade Aliança de Itaberaí – FAIT/GP e da Faculdade de Jussara-FAJ/GO. E-mail: flaviasousa-oliveira@hotmail.com

insertion abroad and return to the country of origin. The research was conducted in Itapuranga, Goiás, through semistructured interviews and documentary survey. Socially, international migrations experienced by rural women are perceived as strategies for improving living conditions and developing personal autonomy. In practical terms, migratory experiences are marked by insertion in socially devalued works, through underpaid, informal and unhealthy conditions. International migrations involves economic balances hardly achieved with family labor in the farm, even though rural women submit themselves to several sacrifices.

**Keywords:** Family farming. Gender. Immigration. Social reproduction.

## Introdução

No Brasil, as migrações internacionais intensificaram-se com o advento da década de 1980, inicialmente concentradas em movimentos entre o Estado de Minas Gerais e os Estados Unidos da América. No decorrer dos anos vindouros, essas migrações envolveram outros estados brasileiros e se direcionaram a muitas outras nações. Na década de 1990 e, de maneira mais intensa, na primeira década do século XXI, as populações rurais também inseriram-se nas migrações internacionais. Até então, estes movimentos eram concebidos como um fenômeno social estritamente urbano, sendo o envolvimento dos rurícolas invisibilizado.

Além disso, nos estudos sociais sobre as migrações internacionais notou-se, até recentemente, uma tendência de visualizar esse fenômeno social como um acontecimento substancialmente masculino. Vale destacar como essa ótica androcêntrica também era observada nos estudos sociais rurais referentes às migrações internas, envolvendo gerações mais jovens e mais antigas de agricultores familiares, sendo raros os estudos dedicados a minuciar o envolvimento das mulheres rurais nesses movimentos.

Diante disso, quando se particularizam as migrações internacionais

de populações rurais constatamos duas limitações fundamentais. Primeira, existem poucas pesquisas sobre o tema, dentre os quais destacamos Renk e Cabral (2002), Pereira (2007, 2012), Drebes (2015), Oliveira (2015) e Drebes e Oliveira (2018). Segunda, as poucas pesquisas disponíveis não tiveram a preocupação de analisar experiências migratórias internacionais com base em um recorte de gênero. Dessa forma, a inserção de mulheres rurais em migrações internacionais ainda é uma questão superficialmente explorada. Contudo, estudos mais recentes vêm tentando exceder essas restrições, introduzindo recortes de rural e de gênero na investigação científica das migrações internacionais.

Assim, visando a aportar algumas contribuições, nosso objetivo com este artigo consiste em analisar a participação das mulheres rurais em processos migratórios internacionais atentando para as particularidades das condições de sua emigração, de sua imigração – principalmente de sua inserção em relações de trabalho assalariadas no mercado internacional – e de seu retorno.

Para atender a esse objetivo, a pesquisa, com abordagem qualitativa, foi realizada no município de Itapuranga, localizado no Estado de Goiás, Brasil, sendo considerada um estudo de caso geográfico. A principal técnica empregada para a produção de dados foi a entrevista de roteiro semiestruturado. Esta foi realizada com migrantes internacionais que mantinham vínculos com a agricultora familiar e que, durante sua juventude, vivenciaram experiências migratórias internacionais. No momento das entrevistas, realizadas em março de 2014, esses migrantes já eram adultos e haviam retornado ao Brasil. Além disso, também foram entrevistados familiares dos migrantes que permaneceram nas áreas rurais de agricultura familiar enquanto estes estavam no exterior. E, em somatório, foram entrevistados informantes-chave, isto é, pessoas que, pela sua experiência e conhecimento sobre as migrações internacionais,

forneceram importantes dados para a pesquisa. Embora as entrevistas tenham envolvido homens e mulheres, neste artigo daremos especial ênfase às realizadas com mulheres rurais migrantes internacionais, assim como para a visão dos demais entrevistados sobre as vivências femininas no contexto desse fenômeno social. Vale ressaltar que os dados foram complementados com pesquisa documental, sustentada, principalmente, em séries estatísticas históricas sobre os movimentos migratórios envolvendo a população do universo de análise.

## Migração internacional e gênero: os estudos sociais e os números oficiais

As migrações internacionais, levadas a efeito por mulheres rurais, são apreendidas como experiências vividas pelos migrantes associadas aos limites das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Por esse caminho teórico-metodológico, a centralidade analítica recai na complexidade de trajetórias individuais, familiares e sociais implicadas nas experiências migratórias.

Essa perspectiva está fundamentada em aportes teórico-metodológicos de Abdelmalek Sayad, sociólogo franco-argelino considerado um dos fundadores da sociologia das migrações, favorecendo o seu entendimento como construções sociais muito vinculadas com as vivências dos migrantes internacionais. Dessa maneira, o referido sociólogo renovou os estudos da questão da imigração no século XX ao colocar, no centro de sua análise, a complexidade do fenômeno emigração-imigração como “um fato social total” e lançar críticas aos estudos situados em termos de custos e vantagens econômicas ou de problema social.

No estudo de experiências migratórias de argelinos rumo à França,

Sayad (1998) propôs a análise das condições sociais e das trajetórias dos agentes sociais envolvidos em processos de emigração e imigração. Sua relevância analítica situa-se em mostrar que “o imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” (SAYAD, 1998, p. 18). Como destaca o autor, o emigrante e o imigrante são a mesma pessoa; só existe o imigrante socialmente constituído porque antes foi criado o emigrante. Num primeiro momento, emerge um emigrante que, em um segundo momento, é transformado em um tipo específico de imigrante, que participa de uma forma particular de imigração. Isso significa que os fenômenos da emigração e da imigração implicam espaços e tempos estritamente interconectados entre si.

Sob essa perspectiva, Sayad (1998) propugna a análise das múltiplas relações existentes entre o espaço e o tempo nos países de origem e o espaço e o tempo nos países de destino. As interconexões desses dois espaços geográfico-sociais e tempos cronológicos possibilitam maior compreensão e interpretação do fenômeno social emigração-imigração. Com tal proposição, o autor lança críticas aos estudos que analisam a imigração e o imigrante como um problema social e negligenciam o estudo dos múltiplos fatores desencadeadores de processos individuais e coletivos de emigração, bem como a diversidade de condições sociais existentes nos locais de origem dos emigrantes e as distintas trajetórias de vida destes.

Diante disto, as migrações internacionais são apreendidas com base em múltiplas relações existentes entre o espaço e o tempo nos países de origem e de destino. As interconexões desses espaços e tempos, concomitantemente de emigração e de imigração, possibilitam a compreensão do fenômeno social das migrações internacionais vividas por mulheres rurais da agricultura familiar, atentando para a emigração/travessia, a imigração e o retorno. Em somatório, a relevância atribuída

nos escritos de Sayad (1998) às vivências dos migrantes internacionais possibilita atentar-nos às particularidades percebidas nesses processos em virtude da diferenciação entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino.

Até algumas décadas atrás, os homens eram visualizados verdadeiramente como migrantes internacionais, enquanto que as mulheres não eram percebidas como “protagonistas” desses movimentos, mas como “coadjuvantes” ou como caudatárias dos indivíduos do sexo masculino. Em uma seção temática sobre mulheres e migrações da revista Estudos Feministas, Assis e Kosminsky (2007) salientaram como a utilização da categoria migrante internacional, inicialmente, encobriu uma série de diferenciações no fenômeno migratório, no que tange, sobretudo, à classe, raça e ao gênero.

Para Assis (2007), a categoria migrante internacional foi construída como uma categoria masculina, criando limites para a compreensão das mulheres como migrantes internacionais, pois, diferentemente dos homens, não eram entendidas enquanto mão-de-obra estrangeira. O reconhecimento das mulheres como migrantes internacionais iniciou-se somente em meados do século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, os processos migratórios internacionais envolvendo mulheres – de maneira ativa e independente – começaram a ser reconhecidos, mas ainda sem enfatizar as condições de gênero. Destarte, a partir de meados da década de 1980, os estudos migratórios legitimaram a relevância das relações de poder e de gênero relacionadas às migrações internacionais. De maneira crescente, os estudos dedicados à temática das migrações internacionais incluíram análises de diferentes dimensões das relações de gênero, para particularizar as migrações internacionais de mulheres no contexto da globalização e da reprodução da divisão sexual do trabalho em escala global.

A visualização das mulheres nas migrações internacionais, segundo Assis (2007), indicou novos elementos de interesse para os estudos migratórios, problematizando visões até então cristalizadas sobre a inserção de homens e de mulheres nesses processos, especialmente no que diz respeito à imigração e às inserções no mercado de trabalho.

Embora o fenômeno das migrações internacionais femininas não seja devidamente contemplado pelos/as cientistas sociais, os dados oficiais evidenciaram que a emigração de mulheres é maior que a de homens. O IBGE, que no Censo de 2010 introduziu pela primeira vez questões sobre as migrações internacionais, computou somente 491.645 brasileiros vivendo no exterior<sup>4</sup>. Não obstante as discrepâncias em relação aos números apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores, que em 2016 estimou 3.083.225 brasileiros vivendo no exterior, os dados do IBGE revelam aspectos importantes da participação de brasileiros em processos de migração internacional. Os dados do IBGE apontam que, do total de emigrantes brasileiros, 264.695 (53,88%) eram do sexo feminino e 226.548 (46,06%) eram do sexo masculino. Ou seja, proporcionalmente, as mulheres migram mais para o exterior do que os homens. Quanto à idade, os números revelam outro aspecto da migração internacional de brasileiros: 290.029 (59,03%) dos emigrantes tinham entre quinze e vinte e nove anos de idade, enquanto que os menores de quatorze anos representavam 4,4% e os idosos apenas 1,4%. Portanto, as gerações juvenis incorporam-se com mais intensidade em migrações internacionais que os adultos, idosos e crianças, possivelmente embaladas pela busca de oportunidades de trabalho assalariado para a construção de autonomia pessoal e financeira (IBGE, 2010; MRE, 2016).

<sup>4</sup> O IBGE reconhecia que o levantamento do número de brasileiros no exterior “é uma das questões mais controversas quando o tema migrações internacionais é abordado”. De fato, é muito difícil qualquer tipo de levantamento populacional de brasileiros que vivem no exterior, tendo em vista que a maior parte dos emigrantes é ilegal e reluta aos levantamentos censitários.

Entre os estados brasileiros, Goiás apresentava elevados percentuais de emigrantes, com 7,2% do total da população apurada pelo Censo do IBGE de 2010, ficando atrás de São Paulo (21,6%), Minas Gerais (16,8%) e Paraná (9,3%). Mas, proporcionalmente, Goiás era o Estado que mais enviava migrantes para o exterior, com cerca de 5,92 pessoas para cada mil habitantes (IBGE, 2010). As emigrações tornaram-se tão volumosas que, em 1999, o governo de Goiás criou a Secretaria dos Assuntos Internacionais do Estado de Goiás, com o objetivo de prestar assistência consular às famílias de goianos, especialmente em casos de vítimas de desaparecimento, detenção, acidentes, assassinatos, prostituição, trabalho escravo, dentre outros problemas no exterior (CHIDIAC, 2011). Portanto, em Goiás, as migrações internacionais foram alçadas à questão de política pública.

Tomando como parâmetro o município de Itapuranga, as jovens mulheres rurais tendem a migrar mais do que os jovens rurais. Os dados censitários do IBGE (2010) indicavam, para o município de Itapuranga, uma desproporção entre a população rural masculina e feminina, na faixa situada entre quinze e vinte e nove anos de idade, com o cômputo de 419 rapazes (55,23%) e 338 moças (47,77%). É possível que as migrações femininas, nacionais ou internacionais, gerem essas diferenças na população jovem e rural de Itapuranga. Com base em depoimentos orais, a partir da década de 1990, as famílias de agricultores vivenciaram um novo fluxo migratório orientado para terras estrangeiras, cujos principais protagonistas foram jovens, movidos por sonhos de trabalho, renda e vida digna. Os principais destinos foram os Estados Unidos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Suíça e Bélgica e, em algumas situações, Japão.

Os dados oficiais aportam importantes elementos para a compreensão de tendências gerais do fenômeno migratório internacional

de mulheres e mesmo do êxodo rural feminino. Não obstante, a pesquisa qualitativa pode oferecer elementos para a compreensão, em profundidade, de aspectos da realidade objetiva e subjetiva que mobilizam as mulheres rurais, especialmente da geração jovem, nos fluxos migratórios internacionais.

## As circunstâncias de emigração e de travessia de mulheres rurais

A migração internacional de itapuranguenses, conforme depoimentos orais, iniciou no final da década de 1980, intensificou-se ao longo da década de 1990 e atingiu o ápice na década seguinte, com fluxos direcionados, principalmente, para os Estados Unidos, França, Portugal, Espanha, Japão e Inglaterra. Itapuranga constituiu-se como uma terra de migrantes e de famílias de migrantes. Segundo Marin (2013), os intensos fluxos migratórios fazem parte da história do município desde sua ocupação até os dias atuais. Nas décadas de 1940 a 1960, quando ainda era considerada fronteira agrícola, o município atraiu levas, principalmente, de camponeses mineiros e, em menor proporção, de camponeses paulistas e nordestinos, todos atraídos pelo sonho de conquistar um pedaço de terra para construir autonomia do trabalho familiar e garantir melhores condições de vida, sob o estímulo do programa conhecido como “Marcha para o Oeste”.

À medida que as terras da região foram ocupadas e que novas fronteiras foram se abrindo, já no contexto das décadas de 1960 a 1980, a população rural de Itapuranga deslocou-se em dois sentidos. O primeiro fluxo migratório, em menor proporção e constituído por camponeses em busca de terras para plantar e garantir a reprodução social, foi orientado para as fronteiras agrícolas dos Estados do Mato Grosso, Pará

e Amazonas. O segundo fluxo migratório, mais volumoso e movido pela busca de trabalho e estudos, foi orientado para o meio urbano de Itapuranga e de municípios circunvizinhos e, sobretudo, para Goiânia, Anápolis e Brasília. Nesse contexto, a modernização da agricultura - com suas correlatas mudanças nas bases tecnológicas, aprofundamento das relações de integração agroindustrial e crescimento das relações de trabalho assalariado -, implicou a expulsão de camponeses empobrecidos e com formas precárias de acesso à terra, especialmente, posseiros, meeiros e arrendatários.

Destarte, década de 1990 marcou, de forma mais acentuada, uma mudança no perfil dos processos migratórios de agricultores familiares do município de Itapuranga, em virtude do direcionamento para além das fronteiras nacionais, o que gerou grandes impactos na cidade, nas famílias e na região nos últimos anos. A migração internacional de cidadãos itapuranguenses não está dissociada do amplo fenômeno migratório de escala global. Esses processos migratórios decorrem de um complexo conjunto de relações sociais e de fatores motivacionais resultantes dos contextos socioeconômicos dos países de origem e dos países de destino, mas também podem estar associados a dimensões subjetivas que revelam diversas fases e faces do fenômeno migratório.

Elementos explicativos do fenômeno migratório de mulheres rurais podem ser relacionados com o processo de desenvolvimento de Itapuranga. Na década de 1980, uma agroindústria canavieira instalou-se no município de Itapuranga e estimulou a expansão do cultivo de cana de açúcar sobre as terras dos agricultores familiares, por meio de contratos de arrendamento ou fornecimento de cana de açúcar. Esse novo cultivo contribuiu para uma desestruturação do sistema tradicional de cultivo de feijão, arroz e milho, as denominadas “lavouras brancas”. Com a extinção do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), ao final da década de 1980,

a agroindústria instalada entrou em falência, deixando os agricultores em difíceis condições econômicas e produtivas. Para reorganizar seu sistema produtivo, os agricultores passaram a produzir, com fins mercantis, leite, verduras e frutas, principalmente, mamão, banana e maracujá. Com o Plano Nacional de Agroenergia, editado em 2005, a atividade canavieira foi retomada em Itapuranga, causando problemas pela maior demanda por terra para a monocultura canavieira, aumento do consumo de água e poluição dos córregos, bem como emissão de fumaça, fuligens e poeiras, devido ao uso do fogo nos canaviais e ao aumento do trânsito de caminhões e máquinas agrícolas. Esses poluentes depreciam as frutas e verduras dos agricultores familiares e até mesmo a qualidade das pastagens dos bovinos de leite, em decorrência do acúmulo de poeira sobre os campos situados nas proximidades das estradas de chão.

Os limites para a geração de renda nas atividades produtivas mercantis também desencadeiam migração dos filhos e filhas de agricultores familiares. As desigualdades entre os custos de produção – expressos nas máquinas, equipamentos e insumos industriais – e os preços dos produtos agrícolas comercializáveis reduzem as margens de ganho dos agricultores familiares. Acrescentam-se ainda os riscos de perdas da produção, em decorrência das intempéries climáticas ou das doenças fitossanitárias das frutas e legumes. Tudo isso resulta no que as mulheres rurais sintetizam, em seus discursos, como “falta de opção na agricultura” e como necessidade de “sair para melhorar de vida”.

Agregam-se ainda questões atinentes às relações intrafamiliares. Na divisão sexual do trabalho, entre as famílias de agricultores familiares, os homens são responsáveis pelo trabalho de produção e administração das atividades mercantis e geradoras de renda. Já as mulheres são responsáveis pelo trabalho de reprodução e suas atividades domésticas, normalmente não-remuneradas. Assim, na divisão sexual do trabalho,

as mulheres ocupam um lugar desvalorizado, porque o trabalho de reprodução – por ser gratuito – não é considerado verdadeiramente como um trabalho. Nesse mesmo sentido, pensar que as atividades realizadas no seio da unidade doméstica são gratuitas é naturalizar a divisão sexual do trabalho. Dessa maneira, na agricultura familiar de Itapuranga, a divisão é a base de uma série de desigualdades de gênero, pois ao dividir o trabalho, divide também o poder, concentrando-o na esfera masculina. Nessa organização, as mulheres rurais tendem a ser reconhecidas somente como donas de casa e não como agricultoras, o que repercute, inclusive, como motivação às migrações nacionais ou internacionais.

Esse viés foi evidenciado no relato de Luísa, filha de agricultores familiares, que no momento de realização da entrevista intencionava migrar rumo aos Estados Unidos, muito em virtude dos contrastes de incentivos socioeconômicos recebidos por ela e por seu irmão no seio da família rural. Na visão de Luísa, o irmão era mais incentivado a permanecer na agricultura familiar, restando a ela buscar outras possibilidades de inserção profissional: “A minha vó é madrinha do meu irmão, então ela dá muita oportunidade pra ele. Então ele já tem o dinheiro dele. Ele vai na roça pra ajudar meu pai um pouquinho, ele tem as vacas dele lá. Então assim, ele já tem onde mexer. Eu não, eu não tenho nada lá! Nem uma galinha!” (Luísa, 23 anos, projeto de migrar para os Estados Unidos).

A participação de mulheres rurais em migrações internacionais também guarda estreitas relações com as transformações no processo de socialização das novas gerações de agricultores familiares de Itapuranga, experimentados desde a última década do século XX. A expansão da rede escolar, dos meios de transporte e dos meios de comunicação e, mais recentemente, das novas tecnologias de informação e comunicação, como o telefone celular e a internet, contribuíram para mudar os valores das mulheres rurais. As noções de tempo e espaço, em décadas anteriores

referenciadas pela família e comunidade, atualmente, são transformadas por noções de globalização e de maior mobilidade e agilidade, facilitando acesso a outros espaços sociais e construção de diferenciadas visões de mundo. Conforme estudos de Pereira (2007), em contextos do Vale do Jequitinhonha, o processo de globalização, as novas formas de expansão do capitalismo nas áreas rurais e a incorporação de novos valores e modos de vida transformaram consideravelmente os padrões de consumo, comportamentos e percepções sociais das populações rurais, influenciando, sobretudo, as gerações juvenis rurais.

Enfim, mudanças desencadeadas nas últimas décadas em Itapuranga favorecem as migrações, sobretudo, das jovens mulheres rurais. Antes de empreenderem as migrações internacionais, elas experimentam as migrações para os centros urbanos, com fins de estudo ou trabalho. Após, com a justificativa de “melhorar de vida”, elas experimentam as migrações internacionais, com justificativas relacionadas ao trabalho assalariado e conquista da autonomia pessoal e financeira.

A migração internacional é um fenômeno global e complexo, no qual as jovens mulheres rurais não conseguiam dimensionar, com clareza, todos os riscos e problemas com os quais podiam se envolver. À luz da legislação e das políticas de combate à migração, o ingresso das mulheres rurais nos países de destino se processava na ilegalidade. Os países mais ricos, que foram destinos preferenciais das mulheres rurais migrantes, intensificaram as medidas de combate à imigração pelo aperfeiçoamento dos dispositivos legais e pela modernização dos instrumentos de controle policial. Portanto, os países estrangeiros representavam não apenas lugar de riquezas, mas também um mundo de restrições, perigos, incertezas e riscos.

As viagens do Brasil aos países de destino ocorreram por duas rotas fundamentais: a legal – com visto de entrada – e a ilegal – sem

visto de entrada. O visto é o documento oficial que permite a entrada, previamente concedida pelos consulados ou embaixadas de um país, aos cidadãos estrangeiros, com variações conforme a duração e o objetivo da viagem. Conforme observou Margolis (2013), em estudo sobre migração de brasileiros para os Estados Unidos, existem diferenciações nas avaliações de processos de concessões de vistos, pesando negativamente para os cidadãos com menor condição financeira e nível educacional. Tal condicionante implicou, para algumas jovens rurais itapuranguenses, restrições na obtenção de vistos de turista ou de estudante, diversas tentativas até a concessão ou a necessidade de forjar situações potencialmente favoráveis por meio da contratação de empréstimo bancário ou da efetivação de matrícula em curso superior (DREBES, 2015).

Todavia, o visto de entrada não significa, necessariamente, ingresso no país de destino, pois todo passageiro deve passar pelo controle de migração internacional. Para a jovem rural imigrante, o guichê de migração dos aeroportos configura-se como um local muito temido, pois é ambiente de questionamento, de desconfiança e de barreira migratória internacional. De certo modo, o guichê de migração torna-se decisivo para o projeto das jovens rurais que pretendem inserção laboral em outros países, à medida que pode resultar no ingresso no país de destino ou na deportação, com subsequente retorno ao Brasil.

As jovens rurais que conseguiram ultrapassar os limites do aeroporto tornavam-se migrantes ilegais ou não documentados tão logo expirado o prazo de 90 dias do visto de turista. Para aquelas que ingressavam em outro país com pretensões de trabalhar, o lapso de tempo concedido nos vistos de entrada tornava-se exíguo, enquanto que o temor de detenção policial e de deportação permanecia no cotidiano dessas jovens rurais indocumentadas.

A rota ilegal foi trilhada pelas jovens rurais que objetivavam ingressar nos Estados Unidos. Uma parte da viagem era operada por via aérea até o México e, a partir das fronteiras entre o México e os Estados Unidos, a travessia combinava trajetos a pé e de automóvel. O ingresso clandestino por essas fronteiras apresenta, conforme relatos orais de mulheres rurais retornadas, diversos riscos de vida: o calor no deserto de fronteira, as passagens noturnas pelo Rio Grande, as longas caminhadas, a privação de comida e água, os deslocamentos em veículos superlotados, as hospedagens precárias e superlotadas em esconderijos estratégicos, a fuga da polícia de controle da migração ilegal e até as ameaças, extorsões e violências sexuais, praticadas pelos atravessadores e guias que auxiliavam migrantes ilegais, os denominados “coiotes”. Ao entrar por vias clandestinas, a imigrante fica destituída de qualquer poder de controle e permanece vulnerável às condições inóspitas do deserto, à ação policial de combate à imigração e às violências dos “coiotes”.

Carlos, informante-chave entrevistado, agricultor familiar e migrante internacional retornado dos Estados Unidos, ao narrar a sua travessia na fronteira entre o México e os Estados Unidos, com auxílio dos coiotes, recordou as diversas dificuldades, salientando como a travessia era ainda mais desafiadora às mulheres. Em seu relato, chamou a atenção o fato de ele ter carregado uma jovem mulher na travessia do Rio Grande, que os coiotes tinham a intenção de deixar para trás.

*Tinha uma menina que foi com nós daqui, ela era muito fraquinha, sabe, ela era magrinha, fraquinha, não dava conta de comer a comida de lá, sofreu demais. Chegou lá no córrego ela falou assim: “nossa, eu não dou conta, não”. E eu pensei: “como é que vamos deixar essa coitada aqui?” Aí eu peguei na câmara de ar com uma mão e catei ela com a outra e descí arrastando ela. Nós descemos uma hora dentro desse córrego, andando. Tinha lugar que não dava*

*pé e tinha que nadar, outros lugares mais rasos que andava. Aí a gente chegou lá numa dessas tubulações de esgoto e tivemos que entrar. Quando nós entrou um pouco essa menina fala: “Nossa Senhora, tá me dando falta de ar”. E eu falei: “não, esquece isso e vamos andar”. A gente tava engatinhando, lá não tinha jeito de andar em pé. Parecia ser bem longe, Nossa Senhora, nós demorou lá dentro. Eu acho que nós andou umas duas horas engatinhando. Aí a menina falou: “acho que não dou conta, não”. Aí eu falei pra ela: “segura na presilha da minha bermuda e eu vou tentar te puxar aqui. Enquanto eu der conta eu te levo”. Aí eu fui arrastando a menina. (Carlos, 40 anos, migrou para os Estados Unidos).*

Como padrão, as jovens rurais envolvidas em rotas ilegais apresentam menor capital econômico e social e não dispunham de visto de entrada, seja porque lhes foi negado ou porque nem tentaram obtê-lo. Em tais condições, elas costumam recorrer às empresas especializadas em operações migratórias clandestinas. Essas empresas, de acordo com Hugo (1998) e Léon (2012), ofertam serviços diversificados aos migrantes clandestinos, compreendendo empréstimo financeiro, documentação falsa, passagem aérea e terrestre, hospedagem e acomodação para assentamentos, inserções laborais, remessa de dinheiro aos familiares e até agências de adoção e casamento, dentre outros. De todas as formas, essas redes empresariais atuam no sentido de encorajar, desencadear e facilitar experiências migratórias internacionais clandestinas, mercantilizando serviços e conhecimentos úteis nessas atividades ilícitas.

Além de perigosas e arriscadas, as viagens clandestinas tornaram-se mais onerosas às jovens migrantes em relação à entrada por meio de vistos oficiais. Na busca de apurar custos dessas travessias de migrantes mineiros nos Estados Unidos, Yamaue (2008) observou uma variação entre sete e vinte mil dólares, dependendo dos meios e das condições

acionados. Nesse cálculo, a segurança e o conforto tornavam-se diretamente proporcionais ao valor do serviço, daí que, quanto menos oneroso o “pacote migratório”, menor a garantia de sucesso na travessia e maior o risco de abuso pelos “coiotes” e de apreensão policial.

Para a concretização da arriscada travessia, as jovens rurais itapuranguenses acionam, num primeiro momento, os recursos pessoais e familiares para levantar os recursos financeiros. Embora os preparativos sejam marcados pela angústia e incerteza no futuro, conforme estudo de Oliveira (2015), os familiares das candidatas à migração envolvem-se nos preparativos das viagens, providenciando documentos e contatos, como também os recursos financeiros. Nesse intento, independentemente de as rotas serem legais ou ilegais, sacrificam-se para mobilizar os recursos disponíveis, como poupanças pessoais e familiares e venda de motos, automóveis, bovinos e até mesmo porções de terra. Quando o recurso apurado não era o bastante, elas recorriam aos agiotas, que costumavam operar com financiamento pessoal, submetendo-se ao pagamento de taxas de juros escorchantes, que podem atingir cifras de 10% ao mês. Analisando o caso da emigração de valadarenses para Portugal, Machado e Reis (2007) destacam que o valor pago pelos migrantes e suas famílias era um dos pilares de sustentação do contínuo processo migratório, pois os interessados submetiam-se ao pagamento de taxas de juros exorbitantes e à exigência de penhora de bens móveis e imóveis como garantia do financiamento. De acordo com Oliveira (2015), para o caso da migração internacional de goianos, os migrantes introjetam a crença de que, pela combinação de trabalho no exterior, parcimônia e remessa de dinheiro, podem quitar seus débitos contraídos com a família, amigos e agiotas em um prazo de até dois anos e, a partir daí, acumular o desejado dinheiro para os futuros investimentos, tão necessários à conquista da autonomia no retorno ao Brasil.

## Mulheres rurais de Itapuranga e as inserções laborais no exterior

Durante as vivências migratórias internacionais, as mulheres rurais de Itapuranga colocavam centralidade no trabalho. Porém, o caráter central do trabalho nos países de destino não é uma especificidade das mulheres rurais, mas, de uma maneira geral, dos migrantes internacionais. De acordo com Sayad (1998; 2000), a existência dos migrantes internacionais – e também a sua aceitação – está intimamente vinculada ao trabalho. Com base na experiência migratória de argelinos na França, Sayad afirma que a expansão econômica e as transformações da estrutura do mercado de trabalho em escala global, marcada pela elevação dos níveis de qualificação, redução da jornada de trabalho e da vida ativa da força de trabalho de países desenvolvidos, ampliaram as ofertas de empregos para determinados setores que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Normalmente, as migrações internacionais ocorrem com intuitos socioeconômicos e a consecução destes subordina-se à necessidade de exercer uma atividade e receber uma remuneração. Porém, os trabalhos acessíveis aos migrantes internacionais não são todos os trabalhos, são certos trabalhos, costumeiramente não reconhecidos e não valorizados socioeconomicamente, constituintes do intitulado mercado de trabalho para imigrantes.

Dessa maneira, durante sua estada no exterior, as migrantes internacionais oriundas do contexto da agricultura familiar inserem-se em mercados assalariados marcados pela informalidade, precariedade e insalubridade. A situação indocumentada, o não domínio dos idiomas estrangeiros e os conflitos com outros imigrantes, além da escolaridade reduzida e da ausência de experiência, as tornam muito vulneráveis no mercado de trabalho no exterior. Esta realidade vai ao encontro das

considerações de Sayad (1998, p. 64) sobre os imigrantes argelinos no contexto francês: “*os imigrantes recém-chegados, faixa situada na parte inferior da hierarquia interna da população imigrante [...], estão mais inclinados a aceitar os trabalhos mais penosos, menos estáveis, menos remunerados, etc*”.

Assim, as migrantes internacionais rurais entrevistadas inseriram-se nas mais variadas atividades. Enquanto os homens imigrantes incorporavam-se como construtores, entregadores de jornais, entregadores de pizza, garçons, jardineiros, lavadores de pratos etc., as mulheres inseriam-se como faxineiras, domésticas e cuidadoras de crianças e/ou idosos. Dessa maneira, com base nas trajetórias sociais das migrantes internacionais oriundas da agricultura familiar de Itapuranga, é possível notar não somente a existência de um “mercado de trabalho para imigrantes”, mas a organização deste por meio da divisão sexual do trabalho.

De acordo com Bourdieu (2012), a divisão sexual do trabalho é a forma mais recorrente de manifestação da dominação masculina. A dominação masculina é construída como maneira específica de exercício da violência simbólica, sustentada em um habitus de entender o mundo por uma perspectiva androcêntrica. Contudo, a inserção das mulheres rurais em trabalhos domésticos, de faxinas e de cuidados de pessoas reproduz a divisão sexual do trabalho em escala internacional e, conseqüentemente, a dominação masculina. Dessa maneira, mesmo deixando o trabalho doméstico no âmbito nacional, as mulheres rurais se inseriram no trabalho doméstico assalariado no âmbito internacional. Paradoxalmente, as atividades consideradas supressoras de suas condições socioeconômicas de autonomia e de reprodução social na agricultura familiar de Itapuranga— desencadeadoras das migrações — foram exatamente as atividades que garantiram a autonomia financeira e

reprodução social no exterior.

Nesse sentido, a agricultora familiar Tereza, mãe de uma migrante internacional, falou sobre o trabalho de faxineira da filha nos Estados Unidos, migrante internacional retornada: “*O Joelho dela ficou até preto de tanto fazer faxina na casa dos outros, ajoelhada. E ficou pretinho assim, você precisa de ver! Custou a clarear, agora que tá clareando um pouco*” (Tereza, 58 anos, mãe de jovem rural que havia migrado para os Estados Unidos). É interessante também apresentar a visão de Luiz, filho de agricultores familiares e migrante internacional retornado de Portugal, sobre o trabalho das mulheres migrantes no exterior. Na sua perspectiva, embora as condições de trabalho fossem ruins para os migrantes de maneira geral, eram ainda piores para as mulheres: “*O serviço pra mulher é mais pesado que pro homem lá*” (Luiz, 43 anos, migrou para Portugal).

De acordo com Federici (2002) e Verschuur (2013), a manutenção das mulheres migrantes internacionais nestas atividades vincula-se com a reestruturação do mundo econômico e a ascensão de uma nova divisão internacional do trabalho, desencadeadas desde o final da década de 1970. Devido à globalização e a seu intenso fluxo de mercadorias e de mão-de-obra, o sistema capitalista organizou a extorsão do trabalho de reprodução social na escala internacional. Para o seu próprio desenvolvimento, ele necessitou que a reprodução social fosse reorganizada da maneira mais econômica possível. Por causa disso, as mulheres em migrações internacionais são relevantes, à medida que representam uma força de trabalho barata e destituída de capacidade de organização e reivindicação social, em um setor de trabalho informal, sem ou com poucos direitos, que são as causas essenciais do sucesso do sistema capitalista globalizado.

Conforme Verschuur (2013), com essa articulação entre atividades domésticas e atividades capitalistas, inúmeras mulheres de nações em desenvolvimento devem trabalhar como faxineiras, domésticas ou

cuidadoras nas nações desenvolvidas, porque elas não têm outra escolha à disposição para assegurar a reprodução social de sua família. Ao mesmo tempo, inúmeras mulheres das nações desenvolvidas, sobretudo da classe média, são liberadas do trabalho doméstico, mas ao preço de não ter tempo para família e filhos, para amizades, para relações de comunidade e até mesma para a luta feminista.

Refletindo o caso da Espanha, destino de muitas mulheres rurais de Itapuranga, Masanet e Baeninger (2011) afirma, que ao integrar a União Europeia, o país passou por uma reestruturação produtiva que implicou o aumento da incorporação da mulher espanhola no mercado de trabalho, gerando necessidade de contratação de empregadas para os serviços domésticos e cuidados de pessoas, especialmente crianças, idosos e doentes. Dessa forma, mulheres brasileiras passaram trabalhar em atividades que as mulheres espanholas, progressivamente, renegavam-se a fazer.

Segundo Verschuur (2013), na reorganização global da reprodução social, o cuidado é entendido como um intercâmbio econômico-afetivo que implica bens e serviços domésticos ligados à economia capitalista e afetados por dinâmicas e fenômenos globais. As mulheres migrantes que realizam trabalho de reprodução nos países ricos são muito importantes para o sistema de proteção social das nações desenvolvidas e elas enviam dinheiro desse trabalho para as nações de origem para garantir a organização e a reprodução social de suas famílias. É crucial perceber a importância das novas formas de intercâmbio econômico-afetivo transnacionais que se constituem com o intuito de continuar a assegurar essa reprodução à distância. O dinheiro que circula entre os membros de uma família garante não somente um apoio material, mas é igualmente vetor de apoio moral e de reafirmação da inscrição dessas mulheres migrantes no círculo familiar. Estes fundos são utilizados em saúde,

educação, alimentação, moradia, eletrodomésticos etc. e também em presentes. É quase uma forma de mercantilização dos afetos e do amor para compensar a distância e a ausência durante a experiência migratória.

Mulheres rurais de Itapuranga também se incorporaram no mercado do sexo. Vale lembrar que o estado de Goiás ficou internacionalmente conhecido pelo de tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição. Desde a década de 1990, diversos agentes sociais, nacionais e internacionais, vinculados a instituições de defesa dos direitos humanos, Ministério da Justiça, polícia federal e civil de Goiás e instituições não governamentais mobilizaram-se com o objetivo de debater, conscientizar e propor leis e políticas públicas de enfrentamento dessa prática criminosa, cujas vítimas principais eram mulheres. De acordo com Lévy e Lieber (2013), a prostituição é também uma modalidade de intercâmbio econômico-afetivo, de caráter sexual.

Em situações particularmente restritivas – seja em decorrência da exclusão do mercado de trabalho, da condição de estrangeiras, de indocumentadas, de não falantes do idioma autóctone ou em razão de seu sexo –, algumas mulheres migrantes visualizaram seus corpos e sua sexualidade como recursos valorizados no mercado da prostituição. A informante-chave Angélica, migrante retornada da Espanha, narrou que na cidade onde viveu e trabalhou como faxineira existiam muitas conterrâneas trabalhando na prostituição, criando estigmas sobre a mulher migrante brasileira de maneira generalizada: “Na cidade onde eu morei, as brasileiras são todas conhecidas como prostitutas. Eu sofri muito pra arrumar emprego por causa de ser brasileira. [...] E aí a gente sofre muito preconceito: brasileiras lá são putas” (Angélica, 44 anos, migrou para a Espanha). A prostituição lhes permite uma forma de autonomia: elas podem fazer a gestão de seu tempo e de seu dinheiro, sendo, portanto, um meio para atingir o objetivo migratório. À medida em que as relações

de trabalho e de gênero são muito desfavoráveis no exterior, algumas mulheres imigrantes fazem da venda do sexo um meio gerador de renda.

## O retorno de mulheres rurais e as novas desigualdades de gênero

Segundo Gmelch (1980), em revisão bibliográfica sobre a migração de retorno, as mesmas consistem em um movimento inverso realizado pelos migrantes em direção a suas sociedades de emigração e consistem, também, em mensurações embaraçosas, sendo o retorno mais complexo do que a própria migração, envolvendo reinserção e reintegração dos migrantes retornados em sua sociedade original, as quais suscitam inúmeras transformações.

Não obstante, também Sayad (2000) afirmou que os retornos são inerentes às migrações internacionais, estando intimamente circunscritos à coexistência entre emigração e imigração. Em síntese, não existe a imigração sem existir a emigração, e o retorno é resultado dessa reciprocidade. Dessa maneira, *“a própria denominação de imigrante remete implicitamente à de emigrante, que é o seu corolário”* e *“há circunstâncias, inclusive, que ela é percebida como um chamado do imigrante para suas origens e, por isto, como a denúncia de sua presença enquanto imigrante”* (SAYAD, 2000, p. 11). Assim, considerados como intrínsecos às migrações internacionais, os retornos são elementos constitutivos dos migrantes.

Todavia, conforme Siqueira (2008), nos estudos sobre o retorno das migrações internacionais, o recorte de gênero é pouco expressivo, embora retornar integre os projetos migratórios internacionais tanto de homens quanto de mulheres. Nesse sentido, a autora destaca a relevância de refletir sobre as diferenças de gênero encontradas no retorno, assim

como são encontradas diferenças em todas as demais fases das migrações internacionais.

No caso de Itapuranga, considerando as migrações internacionais originárias no contexto da agricultura familiar, em sua maioria as mesmas resultaram em retorno. De acordo com Drebes (2015), em estudo sobre jovens rurais que haviam migrado para o exterior durante a sua juventude e retornado na vida adulta, o retorno costuma acontecer somente quando o projeto migratório inicial, de autonomia e de reprodução social, é alcançado. Isso significa que os migrantes internacionais vinculados com a agricultura familiar partem do exterior no momento em que conseguiram os recursos socioeconômicos necessários para começar uma nova vida no Brasil. Assim, entre os migrantes internacionais itapuranguenses estudados pela autora, notou-se uma corrente migratória de retorno vinculada com a crise econômica internacional, que tornou o cenário brasileiro mais favorável.

Contudo, para além da questão econômica, a questão social também é relevante na tomada de decisão do retorno, sobretudo vinculada com os familiares que haviam permanecido no Brasil. Assim, saudade e preocupação estimularam retorno, principalmente em casos de adoecimento, envelhecimento e morte de familiares, criando situações de vulnerabilidade socioeconômica. Essa nuance apareceu claramente na trajetória de Lídia, filha de agricultores familiares que havia migrado para os Estados Unidos e que retornou depois de oito anos com seu namorado Afonso, também oriundo da agricultura familiar e migrante internacional em sua juventude, e com a pequena filha concebida durante a imigração. Para Lídia, o principal motivo do retorno foi sua família, pois durante o tempo em que esteve nos Estados Unidos vários de seus tios e primos faleceram. Alarmado com a situação, seu pai tinha muito medo de morrer longe da filha e as suas súplicas desencadearam o retorno da mesma.

*Eu ligava pro meu pai, acho que eu perdi cinco tios, um atrás do outro, sabe. Tios e primos. Aí eu ligava pro meu pai e ele ficava falando: você vem embora que o próximo é eu! Aí eu falei: “meu Deus, eu ficar aqui esse tanto de tempo, chegar lá e não encontrar mais!” Então, voltei. (Lídia, 36 anos, migrou para os Estados Unidos).*

Dessa maneira, conforme os relatos coletados no contexto da agricultura familiar de Itapuranga, a questão social, principalmente vinculada ao cuidado com a família, pareceu mais influente sobre o retorno das mulheres do que dos homens. Esse viés pode ser explicado com base na divisão sexual do trabalho, já discutida anteriormente, e do fato de a casa e da família serem entendidas como responsabilidades femininas, incidindo de maneira mais incisiva sobre as trajetórias sociais das mulheres. Assim começam as diferenças de gênero no retorno, que se mostram ainda mais relevantes no momento de reinserção na sociedade de origem.

Não obstante, nesta mesma perspectiva, ao se introduzir o tema do retorno para as mulheres que permaneceram no município de Itapuranga, as mesmas declararam que diferente do processo de tomada de decisão de emigrar, a concretização do retorno foi motivada pelas mesmas, que exigiram que seus cônjuges retornassem para o convívio familiar. Nas suas narrativas, Helena e Sirlene relatam que os esposos até cogitaram ficar mais tempo nos Estados Unidos e em Portugal, mas que por causa dos filhos e também delas pediram para que retornassem para casa.

*Aí até na época que era pra ele vim, o homem que ele trabalhava fez a oferta pra ele ganhar mais, aí eu falei: “Não, agora você chega por que dinheiro não é tudo”. Foi o que eu falei pra ele. Porque o que adianta você ter dinheiro e a família ficar aí. E aí minha irmã ainda falava assim: “Você tá doido, não pode nunca, o R. [filho] precisa do pai dele. ele não tem que ficar*

*lá não”. Porque essa ausência depois nada paga, dinheiro nenhum paga o sofrimento, então. (Helena, 36 anos, esposo migrou para os EUA).*

*Foi até ele acabar de pagá, o dia que ele acabou de pagar esse dinheiro, eu falei: “Você vem embora”. Ficou devendo R\$ 2.000,00 pro meu pai. Aí meu pai falou assim: “Não precisa de ficar lá por causa desse dinheiro não”. Aí eu falei pra ele: “Vem embora”. Aí ele falou assim: “Não, mas agora eu queria ficar pra gente comprar alguma coisa pra gente”. Eu falei: “Eu não quero que você fica aí mais nenhum dia”. (Sirlene, 44 anos, esposo migrou para Portugal).*

Para Siqueira (2008), o retorno é caracterizado pelo estranhamento. A expectativa do emigrante é encontrar o mesmo local e as mesmas pessoas que deixou no momento da partida; porém, quando chegam, muita coisa mudou, inclusive os filhos, amigos, vizinhos e parentes. Cabe aqui ressaltar, que a partir das entrevistadas de Itapuranga, percebe-se que o estranhamento é sentido não apenas pelo emigrante, como também por aqueles que aqui ficaram. O depoimento de Helena confirma a dificuldade que encontrou em organizar sua vida social e familiar junto ao esposo retornado: “[...] *É ruim também porque você acostuma. Igual a pessoa não tá né, aí a hora que chega aí é outra coisa, é adaptar de novo. É... Por que aí você acostuma né, é horrível, mas aí você acostumou a ficar, a não ser cobrada*” (Helena, 36 anos, esposo migrou para os EUA).

Como afirmou Sayad (1998), é possível voltar ao ponto geográfico da partida, mas é impossível retornar ao tempo da partida. Ao analisar a migração por meio dos processos de mudança de identidades e comunidades, o autor notou que não existe um verdadeiro retorno, nem para o estado anterior como pessoa, nem para o lugar original nem para o grupo do qual partiu, esses deixaram de existir no ato da migração, porém o imaginar dessa possibilidade exerce forte influência na produção

de identidades.

Assim, o estudo de Siqueira (2008), dedicado a analisar as diferenças entre o retorno de homens e mulheres de Governador Valadares, Minas Gerais, que haviam migrado para os Estados Unidos, encontrou uma série de dificuldades impostas às mulheres na reinserção em sua terra natal. Segundo a autora, ao dividir os migrantes internacionais retornados em bem-sucedidos e mal-sucedidos, em conformidade com as intenções iniciais de seu projeto migratórios, notou que somente 12,7% das mulheres que retornaram foram bem-sucedidas em seus empreendimentos. Na visão da autora, embora o projeto de migrar dos homens e mulheres seja motivado pelo mesmo desejo de melhorar as condições de vida, no retorno as mulheres se veem em uma situação diferenciada. No período de emigração conquistaram igualdade socioeconômica, mas no retorno às origens, essa igualdade é novamente colocada em xeque, questionada, explicando porque a maioria delas não é bem-sucedida em seus investimentos.

No contexto da agricultura familiar de Itapuranga, esse aspecto ficou claro nos relatos sobre os retornos das mulheres que haviam se inserido no mercado do sexo no exterior, a respeito das quais foram construídos diversos estigmas e preconceitos. Nesse sentido, informantes-chave narraram a trajetória social de uma moça do interior de Itapuranga que passou alguns anos no exterior atuando na prostituição e que retornou para seu local de origem com algumas economias e disposta a mudar de vida. Contudo, como a comunidade local estava consciente de sua condição trabalhista no exterior, os estigmas sociais construídos em torno da prostituição criaram um isolamento dessa migrante retornada. Em Itapuranga, ela abriu uma loja de roupas no centro da cidade, mas a loja faliu porque a população não a frequentava como uma forma de boicote e de sanção moral à sua condição de vida na Espanha.

## Considerações Finais

Desde a última década do século XX, mulheres rurais brasileiras incorporaram-se e, não obstante a crise que assola os países desenvolvidos desde a década passada, continuam incorporando-se como migrantes em busca de trabalho assalariado em terras estrangeiras. É possível que essa realidade ainda mereça maior atenção nos estudos sociais, não apenas em relação aos aspectos que as levam migrar ou as condições de inserção no mercado de trabalho, mas também as mudanças que elas desencadeiam quando retornam ao Brasil ou ao seu local de origem.

Contudo, nas migrações internacionais femininas são encontradas as mais diversas condições de vida e de trabalho, especialmente quando analiticamente se consideram as migrações como experiências vividas. É necessário atentar para e sublinhar as diferenças socioeconômicas das mulheres, pois imprimem particularidades aos processos migratórios internacionais pelas suas condições de classe social, de raça, de idade, de escolaridade, dentre outros fatores. Considerar apenas a condição de gênero não garante a compreensão da pluralidade social das mulheres migrantes internacionais, bem como das suas múltiplas condições de vida e de trabalho. Ademais, torna-se relevante para os estudos sociais incorporar particularidades e diferenciações da origem rural das mulheres que se inserem nesses fenômenos sociais.

É preciso considerar que as mulheres rurais, em decorrência da socialização familiar e da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar, são educadas para a realização de atividades domésticas. A falta de reconhecimento como trabalhadoras na agricultura reduz a autonomia e as condições socioeconômicas das mulheres rurais, que acabam estimulando migrações internas e até internacionais. Contudo, no exterior, as mulheres rurais encontram facilidades para inserção

laboral justamente nos trabalhos domésticos. São trabalhos assalariados marcados pela informalidade, precarização, desprestígio social, portanto, rejeitados pelas mulheres autóctones, mas que possibilitam às mulheres rurais a objetivação da autonomia pessoal e financeira, que dificilmente alcançariam se permanecessem nessas mesmas atividades no Brasil. Nesse sentido, para as migrantes internacionais rurais, a imigração é um verdadeiro paradoxo, sendo difícil determinar até que ponto a globalização da divisão sexual do trabalho explora e vitimiza ou favorece a autonomização das mulheres rurais.

As mulheres rurais que migraram internacionalmente da agricultura familiar de Itapuranga encontraram estímulos nos exemplos exitosos de ascensão socioeconômica atingida por familiares, amigas/os e vizinhas/os que tinham emigrado e alcançado melhoria de renda. No mercado de trabalho internacional, em contexto de reestruturação produtiva, abriram-se amplas possibilidades para os imigrantes, embora em ocupações laborais marcadas pela informalidade, precariedade, insalubridade e desprestígio social. Essas oportunidades de trabalho facilitaram inserção laboral para as mulheres rurais de Itapuranga, que não pretendiam reproduzir a profissão das mães, mas que tiveram uma socialização familiar que possibilitou acúmulo de importantes conhecimentos e habilidades nos serviços domésticos, agora demandados por aquele mercado de trabalho no exterior e que as mulheres autóctones renegavam-se executar. Migrar em busca de trabalho torna-se, então, uma decisão importante para a mulher rural obter renda própria, que possibilita a conquista da autonomia pessoal, mesmo em ocupações laborais de baixa qualificação, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas. Contudo, o retorno e reinserção na sociedade de origem, assim como todas as demais fases das migrações internacionais, também são atravessados pelas desigualdades de gênero, dificultando o sucesso dos projetos migratórios

internacionais femininos.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 03, p. 745-772, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2007000300015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2007000300015&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15 mar. 2019;

ASSIS, G. O.; KOSMINSKY, E. Gênero e Migrações Contemporâneas. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 03, p. 695-697, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300012)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHIDIAC, E. Migrações e relações internacionais: entrevista a Elie Chidiac, Secretário de Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Goiás. *Revista UFG, Goiânia*, v. 13, n. 10, jul. 2011. Disponível em: <[https://www.proec.ufg.br/up/694/o/10\\_migracoes\\_relacoes\\_internacionais.pdf](https://www.proec.ufg.br/up/694/o/10_migracoes_relacoes_internacionais.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DREBES, L. M. Jovens rurais em migrações internacionais. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Laila\\_Mayara\\_Drebes.pdf](http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Laila_Mayara_Drebes.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2019.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-GO. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, n. 42, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

FEDERICI, S. Reproduction et lutte féministe dans la nouvelle distribution internationale du travail. In: VERSCHUUR, C.; REYSOO,

F. (Orgs.). *Genre, mondialisation et pauvreté*. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 45-73.

GMELCH, G. Return migration. *Annual Review of Anthropology*, n. 09, p. 135-159, 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2155732?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104626624221>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HUGO, G. Migrações internacionais não-documentadas: uma tendência global crescente. *Travessia*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 05-12, jan./abr. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LÉON, R. H. La industria de la migración en el sistema migratorio México-Estados Unidos. *Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre*, México, n. 61, p. 41-61, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/trace/1147>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

LÉVY, F.; LIEBER, M. La sexualité comme ressource migratoire: les chinoises du Nord à Paris. In: VERSCHUUR, C.; CATARINO, C. *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale*. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 303-318.

MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria e Pesquisa*, São Paulo, v. 16, n. 01, p. 153-166, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/36/96>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MARGOLIS, M. *Goodbye Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARIN, J. O. B. Em marcha para oeste: travessias de camponeses. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

MASANET, E.; BAENINGER, R. Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, p. 65-89, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/>>

article/view/425>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo – 2015 (números atualizados em 9/11/2016). Brasília: Itamarati, 2016. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, F. S. Migrações rurais e agricultura familiar: vivências de familiares de Itapuranga/GO. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2015. Disponível em: <[https://ppagro.agro.ufg.br/up/170/o/F1%C3%A1via\\_Sousa\\_Oliveira.pdf](https://ppagro.agro.ufg.br/up/170/o/F1%C3%A1via_Sousa_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2019.

PEREIRA, J. C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

PEREIRA, J. C. A. O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280339>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

RENK, A.; CABRAL, V. J. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. Esboços, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 09-28, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/385/9849>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia, v.13, n. especial, p. 03-32, jan. 2000.

SIQUEIRA, S. O retorno na perspectiva de gênero. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: Seguro: RBA, 2008. Disponível em: <<http://www.abant.org.br>>.

org.br/conteudo/ANAIS/CD\_Virtual\_26\_RBA/grupos\_de\_trabalho/trabalhos/GT%2035/sueli%20siqueira.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

VERSCHUUR, C. *Reproduction sociale et care comme échange économique-affectif: l'articulation des rapports sociaux dans l'économie domestique et globalisée*. In: VERSCHUUR, C.; CATARINO, C. *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale*. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 23-38.

YAMAUIE, T. L. *Dívida e ilegalidade no contexto migratório: uma etnografia em Governador Valadares*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: RBA, 2008. p. 1-25. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2001/thaisa%20lumie.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/thaisa%20lumie.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2019.